

4

Pós-modernidade: tempo e espaço

Na tentativa de organizar o “novo”, Haesbaert (1995) demonstra que muitos argumentos em relação ao status atual de estudos da Geografia e da História e de muitos estudos das áreas da literatura parecem marcados por uma visão que dissocia “tempo” do “espaço”, sem perceber que se trata sempre de dimensões gêmeas, em que uma dá sentido à existência da outra. Diz o autor que o “Tempo só existe porque pode ser materializado no espaço; espaço só existe porque está envolvido na dinâmica do tempo” (HAESBAERT, 1995, p. 31). Assim, o autor declara que sua tese é de que a geografia e seus espaços – ou territórios – estão, na verdade, emergindo sob novas formas, com novos significados, ao invés de estarem desaparecendo. O “discurso da destruição” já pegou o Autor, a História e continuará assim se não percebermos que o discurso, não exatamente da destruição da Geografia, mas dos territórios, ou seja, o discurso da desterritorialização, precisa ser debatido, e é onde abriremos caminho para a discussão do “espaço”, demonstrando que a desterritorialização só pode acontecer se houver uma reterritorialização, como mostra o pesquisador:

Muitos autores (...) reportam-se ao “fim dos territórios”, esquecendo que toda desterritorialização implica, obrigatoriamente, uma reterritorialização, pois é inerente ao ser humano, aos grupos culturais, a recomposição da sociedade em bases territoriais – o território faz parte de sua fundamentação ontológica, poderíamos dizer (Haesbaert, 1995, p. 31).

Logo, Haesbaert vai além da noção de desaparecimento dos territórios, demonstrando a consolidação de novas formas de organização territorial. Uma das características centrais dessas novas territorialidades é sua imbricação com processos múltiplos, diferenciados, complexos e de identificação social, ou seja, tão importante quanto os processos econômico-políticos de desreterritorialização é a dinâmica simbólico-cultural que ajuda a moldar as territorialidades emergentes.

Nas sociedades tradicionais ou regionais, a interação face-a-face é praticamente a única forma possível de realizar a comunicação e “a significação

aparece como uma qualidade das coisas, profundamente enraizada e encaixada no território de uma dada cultura”, como mostra Haesbaert (1995, p.15).

Desta vez citando Giddens (2000), Haesbaert pontua que, nas sociedades modernas e, mais notadamente, nas sociedades globalizadas da modernidade tardia ou radicalizada, ocorre o fenômeno do desencaixe, definido por Giddens como “o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação de sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (HAESBAERT, 1995, p. 32). Neste momento, o “tempo” aparece para confluir com o “espaço”.

A partir dessas primeiras colocações, Haesbaert estabelece um diálogo entre Giddens (2000) e outro pensador, Harvey (1992), e articula que é interessante perceber que, enquanto Giddens fala de um distanciamento ou “alongamento” espaço-temporal, Harvey reporta-se a uma “compressão tempo-espaço” para se referir a um encolhimento do espaço pelo tempo ou pela velocidade. É como se tivéssemos duas perspectivas distintas de um mesmo fenômeno; no segundo, o global se estreita ou se encolhe, comprime-se, para se realizar no local.

Para Giddens, o foco é o local, as “relações de co-presença” que se tornam relações sem rosto, alongadas ou globalizadas; já para Harvey, o foco é o global, a compreensão do tempo-espaço por uma velocidade crescente que encolhe o mundo, de tal forma que até mesmo a escala local pode reproduzi-lo. Ambos, no entanto, podem levar à errônea interpretação de que a reprodução dos fenômenos sociais está se tornando cada vez mais independente ou desvinculada das condições locais, espaciais, mais concretas – ou seja, os processos sociais estariam se tornando cada vez mais desterritorializados. Trata-se, na verdade, de processos muito mais complexos.

Haesbaert utiliza-se da seguinte comparação para nos fazer compreender melhor o que ele entende pela relação tempo-espaço: para os mais ricos, o mundo se encolhe e se alarga em um duplo sentido: de modo passivo, indo até eles via aparato tecnológico do novo meio técnico-científico informacional, ainda assim com uma gama de opções como a TV a cabo e a *web*; e ativamente, na medida em que eles próprios podem se deslocar pela superfície do globo como um todo. Já o pobre, incluído na periferia das grandes metrópoles, vive uma desterritorialização

profundamente insegura, em que o mundo se encolhe ao seu redor e ele permanece impotente, subordinado passivamente à compreensão do mundo nas poucas opções da tela da tv aberta. “Sua mobilidade, quando ocorre, é compulsória, como refugiado, fugindo de ameaças, ou como imigrante, atraído por promessas, sempre na mesma luta em busca de condições mínimas de sobrevivência” (HAESBAERT, 1995, p. 34).

Segundo este, esses processos são desterritorializações e podem ser denominadas, de uma maneira simplificada, de desterritorialização ativa (ou formal) e desterritorialização passiva (ou real, efetiva). Em cada uma teremos o desenvolvimento de uma concepção bastante diferenciada de territorialidade. E cada uma delas se abre para a reconstrução territorial – a reterritorialização – em moldes muito distintos. Desse modo, enquanto a elite transnacional pode construir seu território no mundo, identificando-se com o próprio planeta em seu todo, os “aglomerados humanos de exclusão” (HAESBAERT, 1995, p. 34) podem se voltar para identidades fundamentalistas (nacionais, étnicas, religiosas) como única forma de manter valores capazes de assegurar-lhe a sobrevivência como grupo.

Muito embora já estejamos falando de desterritorialização, é necessário analisarmos mais detalhadamente o que seria o “território”. Possuímos, no mínimo, duas concepções básicas de “território”, seguindo o raciocínio de Haesbaert. A primeira é a mais simplificada; vê o território como simples base material, concreta, de reprodução da sociedade. A sociedade será mais territorializada quanto mais for dependente das bases materiais sobre as quais ela se reproduz. Quanto maior a transformação tecnológica no domínio da natureza, maior será o desatrelamento dos grupos sociais em relação ao seu meio físico e, portanto, maior o nível de desterritorialização.

A segunda concepção é de base política e a mais consolidada em nível acadêmico, que vê o território como uma forma de controle dos indivíduos e/ou dos processos sociais a partir do controle do seu espaço material de existência. Território e poder, aqui, andam juntos. E como o autor diz: “Por isso a concepção clássica de território aparece vinculada à ideia de Estado-nação, mas em hipótese

nenhuma pode ser a ela reduzida” (HAESBAERT, 1995, p. 36).

Além dos dois conceitos de “território” vistos, não poderemos nos esquecer de que existe uma força, cada vez mais estudada e defendida, que corrobora a tese da desterritorialização: a globalização, processo em que, ao se suprimir cada vez mais as fronteiras, enfraquece-se mais e mais o controle do Estado-nação, que segundo nosso pensador é o “território por excelência da modernidade” (HAESBAERT, 1995, p. 37).

Uma outra ideia de “território”, uma terceira abordagem, é aquela que prioriza a dimensão cultural na definição de “território”, e que o vê antes de tudo como um espaço dotado de identidade, uma identidade territorial. Haesbaert coloca que muitos sobrevalorizam a questão cultural, de forma um tanto dissociada das outras esferas da sociedade, de modo a identificar territórios pautados, sobretudo, na concepção identitária – étnica, nacional, religiosa – dos grupos sociais.

Procurarei, no próximo capítulo, relacionar as informações obtidas quanto às noções de autobiografia e as transformações epistemológicas da pós-modernidade ao propor uma interpretação da obra *Amkoullel: o menino fula*, do malinês Amadou Hampâté Bâ (2003).